

TRABALHO E LAZER: A BUSCA POR SENTIDO DENTRO E FORA DO TRABALHO

GRAD. JOÃO PAULO DÓRIA DE SANTANA

Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe
(São Cristóvão – Sergipe – Brasil)
E-mail: jopasdoria@hotmail.com

MS. FLÁVIO DANTAS ALBUQUERQUE MELO

Secretaria Municipal de Educação, Prefeitura Municipal de Aracaju; Secretaria Estadual de Educação, Governo do Estado de Sergipe; Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Bahia
(Salvador – Bahia – Brasil)
E-mail: fdam28@gmail.com

JANAÍNA RODRIGUES JESUS

Curso de Educação Física, Universidade Federal de Sergipe
(São Cristóvão – Sergipe – Brasil)
E-mail: janablack.rodrigues7@gmail.com

MS. BARTIRA TELLES PEREIRA SANTOS

Departamento de Educação, Universidade Federal de Sergipe
(São Cristóvão – Sergipe – Brasil)
E-mail: bartiratelles@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo do deste artigo é tratar sobre as relações entre trabalho, tempo livre e lazer na sociedade capitalista. A metodologia do estudo se deu a partir de uma pesquisa teórico-documental, no qual apresentamos a concepção materialista histórica como tendência filosófica, pois permite ver o problema do lazer nas suas contradições, a partir da totalidade, de forma articulada em suas múltiplas determinações. A partir da análise de conteúdo de nossas fontes teóricas (artigos, livros, dissertações), apontamos na direção de que: a literatura tende a colocar o lazer como um campo autônomo ou de forma justaposta á outras atividades; o lazer depende da atividade produtiva humana, o trabalho, e das relações sociais de produção.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho; tempo livre; lazer; sociedade.

INTRODUÇÃO

No que refere ao tema do lazer e tempo livre, encontramos na literatura uma série de conceitos, classificações e definições, que se baseiam de forma clara (ou não) em determinadas concepções de mundo, de homem, de trabalho, entre outros fatores. Segundo Dumazedier (1979, p.23-24), o lazer suscitou no campo da sociologia várias abordagens em nível dos problemas, sendo estudado em suas relações com o trabalho, família, status da mulher, juventude, religião, política e a cultura.

Os primeiros estudos sobre o lazer surgiram na Europa, num contexto social marcado pelo processo de industrialização, sobretudo nos séculos XVIII e XIX. Essa relação foi bastante marcante na obra *O Direito a preguiça* de Paul Lafargue. No Brasil, o lazer é motivo de preocupação recente entre os pesquisadores. Segundo Marcellino (2006, p.4) o livro *Lazer Operário*, de José Acácio Pereira, foi o primeiro livro brasileiro a tratar do tema, em 1959, acompanhando um processo acelerado de urbanização nas grandes cidades.

Dentro do grande leque de abordagens que perpassam pelo tema do lazer, é certo que tal fenômeno não pode continuar a ser respondido com justificativas idealistas que entendem o lazer fora de sua condição ontológica, vale dizer, na sua relação de mediação ante ao trabalho e fora da realidade concreta da vida cotidiana e não-cotidiano dos sujeitos históricos, recorrendo-se apenas "ao tempo em que ocorre, a atividade que se pratica ou ao modo que os indivíduos se sentem neste tempo e nessa atividade" (PEIXOTO; PEREIRA, 2009), como também, apenas as discussões que naturalizam a prática social do lazer, enquanto impulso genérico do ser humano, desconsiderando seu caráter teleológico. Desta forma, surgem novos questionamentos: como se produz na prática o lazer? Sobretudo, quais são as condições objetivas, referente ao lazer para os trabalhadores na sociedade capitalista? Conforme aponta Sá (2003: 18) dentro dessas condições é possível educar para e pelo lazer?

Neste sentido, o objetivo do presente trabalho é tratar sobre as relações entre trabalho, tempo livre e lazer na sociedade capitalista, buscando com base na literatura, discutir de que forma o tema é tratado. Apontamos como base explicativa o materialismo histórico dialético, pois permite ver a realidade nas suas contradições, a partir da totalidade, nas mediações e de forma articulada em suas múltiplas determinações.

O MODO DE PRODUÇÃO DE EXISTÊNCIA E O LAZER

Para contextualizar os questionamentos anteriores, é necessário partir da seguinte reflexão: Está claro que o lazer é uma prática social dos homens, logo, seu

desenvolvimento depende da produção social e histórica da existência dos mesmos. Para existir, o homem necessita de uma atividade vital humana, que se manifesta na forma do trabalho, que:

[...] é um processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza[...]. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui de formas instintivas, animais, de trabalho [...] Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de torná-la realidade. (MARX, 2012, p. 211-212).

Neste sentido, o lazer tem sido uma necessidade gerada pelo trabalho humano nos modos de produção. O primeiro estudo que buscou estabelecer uma relação entre o trabalho e o tempo livre/lazer é o clássico *Direito a preguiça*, de Paul Lafargue, que retrata os primeiros movimentos trabalhistas, em meados do século XVIII, e o desenvolvimento industrial no século XIX na Europa. Em sua narrativa, Lafargue (2003, p.19) alerta que os trabalhadores daquela época foram acometidos por uma loucura, o que ele chama de “amor ao trabalho”¹, levando-os ao esgotamento de suas forças vitais. Lafargue afirma ainda que, na sociedade capitalista em desenvolvimento, o trabalho “é a causa de toda a degenerescência intelectual, de toda a deformação orgânica”, pois os trabalhadores tinham um dia de trabalho excessivamente longo (15 horas), chegando à suas casas oprimidos pela necessidade de dormir e acordavam antes mesmo de repousarem por completo para voltar a trabalhar.

Lafargue insiste para a necessidade de que os operários lutem pelo o que ele chama de direito à preguiça², no sentido de buscarem um estilo de vida que os contemplem fora do trabalho. Esse estilo de vida refere-se ao desenvolvimento da

-
1. Segundo Mészáros (2008, p. 28-30) semelhante ao que Lafargue chama de “Amor ao trabalho”, Adam Smith trata sobre os efeitos devastadores da divisão do trabalho nas indústrias, justificando a condição de exploração dos trabalhadores por uma denúncia moralizadora do que ele chama de “espírito comercial”, pelo qual os trabalhadores eram acometidos, não pela imposição do sistema. Nessa relação, Adam Smith também justificava que o “espírito comercial” levava os trabalhadores à ignorância, e que utilizavam boa parte do que ganhavam no trabalho na embriaguez e intemperança. Fica claro também o interesse pelo controle nas atividades do tempo destinado ao lazer, através do domínio do espírito comercial.
 2. Segundo Sá (2003, p.30), o pensamento de Lafargue não sugere uma relação antagônica entre trabalho e lazer, apesar de suas ideias serem distorcidas neste sentido. Lafargue naquele momento tinha o objetivo de denunciar a opressão e exploração dos trabalhadores no processo de industrialização, para isso, fez apelo para o direito ao lazer, designado por ele de preguiça, no sentido de possibilidade de conquista da liberdade através da organização contra a opressão do trabalho.

subjetividade de cada indivíduo como a criatividade, o convívio com a família, os amigos e o acesso ao conhecimento e a cultura popular. Segundo Sá (2003, p.29) essa convivência viria para preencher o tempo de lazer, colaborando para o desenvolvimento do trabalhador, no sentido refletir de forma crítica sobre a realidade, bem como a organização dos sujeitos pela luta por direitos, melhores condições de trabalho, entre outras questões. Dessa forma, se intensificam as lutas pela redução da jornada de trabalho, sendo um importante passo para na luta classes para superação do trabalho explorado:

De início, o capital satisfaz seu impulso de prolongar o dia de trabalho, sem limites e sem consideração, nas indústrias que originalmente foram revolucionadas pela água, pelo vapor e pela maquinaria, nessas primeiras criações de modo moderno de produção, nas fiações e tecelagens de algodão, lã, linho e seda. As modificações no modo material de produção e as correspondentes modificações nas relações sociais dos produtores deram origem, primeiro, abusos desmedidos e provocaram, em contraposição, o controle social que regula e uniformiza a jornada de trabalho e suas pausas, limitando-a legalmente [...] A instituição de uma jornada normal de trabalho é, por isso, o resultado de uma guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora (MARX, 2012, p.342-343).

Apesar de retratar uma realidade do século XIX, Lafargue levanta a seguinte reflexão do lazer: qualquer questão sobre o lazer implica pensar na forma em que se organiza o trabalho. A organização da sociedade capitalista, que tem por base a divisão social do trabalho, a propriedade privada e a divisão da sociedade em classes, faz com que o trabalhador não se sinta contemplado dentro do seu próprio trabalho, pois o que ele produz não pertence si, mas ao dono dos meios de produção. Nessa relação, o homem torna-se mero predicado, pois a mercadoria que foi fruto de seu trabalho se contrapõe ao sujeito, ganhando vida, no processo conhecido como o fetichismo da mercadoria³. Neste contexto, o trabalho torna-se estranho ao trabalhador, nada se produz para si, além do salário para possibilitar a vida fora do trabalho. A lógica do trabalho no capitalismo torna mais nítido os limites entre o tempo de trabalho e o chamado não trabalho ou tempo livre. Segundo Peixoto (2008), a divisão do trabalho proporciona também a divisão do homem, ao modo

3. "A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos" (MARX, 2012, p.94).

que transforma as relações de produção, gerando a dicotomia entre o trabalho intelectual e o material, o gozo e o trabalho.

Em tempos atuais, em plena era do desemprego estrutural, aumento avassalador das diferenças de classes, da miséria e do trabalho cada vez mais intensificado, segundo Peixoto (2008) ainda encontramos muitos estudos com ideia central a defesa do lazer como espaço de realização humana, em negação do trabalho, com a promessa do fim da sociedade do trabalho, por volta da década de 60, com a busca inquietante pela sociedade do lazer. Há também conceitos que apontam o lazer como estado de espírito, classificando qualquer atividade como lazer, desde que os indivíduos tenham prazer na atividade executada.

Segundo Sousa (2008), percebe-se a lógica de lazer como estado de espírito a partir das ideias em que, se o trabalhador não consegue ter prazer em qualquer atividade fora do trabalho é porque tem problemas emocionais, não porque é massacrado pelas demandas do seu trabalho, ao ponto de sua subjetividade ser dominada por uma sociabilidade produtiva. Ainda nessa lógica, afirma-se que o trabalho pode ser lazer, pois quem gosta do seu trabalho o estará fazendo tão feliz que não precisará de tempo disponível para o lazer fora do trabalho, pois já estará contemplado. Mas até que ponto isso se faz de forma consciente? Ainda para Sousa (2008), o homem está exposto à esquizofrenia de uma relação social no qual não se pode ver em seu trabalho. Dessa forma, não percebe como produz e reproduz sua própria opressão e alienação, pois trabalha para produzir valor (mais - valia), e não plenitude das capacidades humanas.

Já para Dumazedier (1979) o lazer pode ser definido como:

Acreditamos ser a um só tempo mais válido e mais operatório destinar o vocábulo lazer ao único conteúdo do tempo orientado para a realização da pessoa com fim último. Este tempo é outorgado ao indivíduo pela sociedade quando este se desempenhou, segundo as normas sociais do momento, de suas obrigações profissionais, familiares, sócio-espirituais e sócio-políticas. E um tempo que a redução da duração do trabalho e a das obrigações familiares, a regressão das obrigações sócio-espirituais e a liberação das obrigações sócio-políticas tomam disponível; o indivíduo se libera a seu gosto da fadiga descansando, do tédio divertindo-se, da especialização funcional desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo ou de seu espírito (DUMAZEDIER, 1979, p. 91-92).

Apesar de avançar numa perspectiva para além do lazer como um estado de espírito ou como apenas o tempo fora do trabalho, Dumazedier (1979) esquece-se de trazer para sua análise a luta de classes, que oprime a classe trabalhadora com estafantes jornadas de trabalho e longos trajetos para retorno a suas casas, retirando até mesmo o tempo para um bom convívio familiar, quanto mais para o lazer. Para Marcellino (2006, p. 14) as características básicas do Lazer são a possibilidade de

escolha das atividades e o caráter desinteressado de sua prática. É importante ressaltar aqui a questão das condições objetivas de acesso às atividades de lazer. O que podemos observar é que as atividades mais praticadas, por serem de fácil acesso, se restringem ao consumo midiático, a eventos esportivos ou shows vinculados a velha política de pão e circo. Será que há, de fato, uma possibilidade de escolha espontânea da prática de lazer para ampla maioria da população?

No âmbito das políticas públicas de lazer no Brasil são reflexos do uso do tempo livre para a manutenção da ordem em vigor, pois se apresentam de maneira puramente formal, descolada da realidade da classe trabalhadora, não dando condições objetivas de participação. Os programas de lazer, muitas vezes possuem como objetivos centrais, a distração da comunidade, não de avanço da mesma, sendo na maioria das vezes utilizada como manobra política. Para Carvalho (2008), desde os tempos da ditadura em 1964 até o governo neoliberal de Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas públicas de lazer são demagógicas, de modo que não podem ser isoladas das demais políticas de assistência social, como as políticas de salário mínimo, de educação, saúde, pleno emprego, reforma agrária, entre outras, para possibilitar aos trabalhadores assalariados o acesso à cultura produzida historicamente pela sociedade.

Outra tendência a se discutir com relação as definições e classificações do lazer, segundo Marcellino (2006, p.8), se refere as circunstâncias que cercam o desenvolvimento das atividades, dentre elas, destacam-se a questão da atitude e do tempo. O lazer como atitude é caracterizado pela relação entre o sujeito e a experiência vivida, o estado de espírito, como já discutido no presente trabalho, classificando qualquer tipo de atividade como lazer, a depender apenas do aspecto subjetivo dos praticantes. O lazer relacionado ao tempo considera como lazer as atividades liberadas das obrigações, sobretudo do trabalho. Surge nessa relação o chamado “tempo livre”. Contudo, será que na atual configuração do capitalismo, existe de fato, tempo livre? Sobre este assunto, discutiremos no próximo segmento.

A NECESSIDADE DE SUPERAÇÃO DA SOCIEDADE DO CAPITAL PARA O VERDADEIRO TEMPO LIVRE

Segundo Antunes (2009, p. 173), uma vida dotada de sentido fora do trabalho requer uma vida cheia de sentido dentro do trabalho. A vida na sociabilidade capitalista, marcada pelo trabalho assalariado, estranhado e reificado é incompatível com o que seria chamado de tempo livre. Para desenvolver mais sobre esse problema é necessário demarcar a categoria liberdade.

Segundo Mészáros (2006, p. 159), o homem é um ser natural objetivo, que possui necessidades e forças para suprir suas necessidades. O homem, como um ser de base biológica, mas de desenvolvimento sócio-histórico, vive em sociedade e produz as condições necessárias a sua existência de maneira social, criando novas necessidades, naturais ou artificiais⁴, e novos poderes para satisfazê-las. Como um ser produtivo, o homem se transforma e transforma a natureza a sua volta de uma maneira específica, deixando sua marca nela, de modo que cria uma segunda natureza, está de caráter cultural⁵. Estabelecendo suas próprias condições de vida sobre uma base natural, na forma de instituições socioeconômicas e seus produtos, o homem se desdobra praticamente e intelectualmente, lançando as bases para contemplar-se num mundo que ele mesmo criou. A liberdade humana, nessa relação se caracterizaria pela plenitude de desenvolvimento das capacidades humanas, no qual o trabalho teria um fim em si mesmo.

Considerando que o homem em sociedade criou novas necessidades e novos poderes, veremos que, no capitalismo, a satisfação das necessidades humanas ocorre de maneira alienada e alienante, a partir da sujeição aos apetites naturais brutos ou ao culto de um eu individualizado, diretriz moral da ética burguesa. A sujeição aos apetites naturais de maneira crua embrutecida torna-se alienação, pois, subentende-se que o homem, por suas características, transformou a natureza em uma maneira específica, mediada de maneira complexa e social. Na sociedade capitalista, no qual o trabalhador não possui mais meios de produção, tampouco seu produto do trabalho, só lhe resta à venda de sua força de trabalho ao capitalista, que em troca paga um equivalente ao valor diário da força de trabalho (salário). Desta forma, o trabalhador não se reconhece em seu trabalho, pelo contrário:

Sua atividade vital não lhe é, pois, senão um meio de poder existir. Trabalha para viver. Para ele próprio, o trabalho não faz parte de sua vida; é antes um sacrifício de sua vida. É uma mercadoria que adjudicou a um terceiro. Eis porque o produto de sua atividade não

-
4. Segundo Mészáros (2006, p. 160-161), em Marx, as diferenças entre natural e artificial se caracterizam como: num primeiro sentido, natural seria tudo aquilo que é produto direto da natureza, e artificial seria aquilo que foi produzido pelo homem. No segundo sentido, o que não é criado diretamente pela natureza, mas criado por intermédio social, é natural, na medida em que é idêntica a segunda natureza do homem. O oposto a esse sentido seria as atividades que se opõe a segunda natureza do homem, o que seria destacado como "artificial". Ou seja, as necessidades e apetites criados pelo homem não são artificiais, na medida em que estejam em harmonia com a segunda natureza social do homem. Se estiverem em desarmonia, ou puderem entrar em um ponto de colapso, devem ser rejeitados como necessidades artificiais.
 5. Segundo Leontiev (2004:283) a partir da necessidade de fixar as aquisições produzidas pela humanidade, visto a impossibilidade de fixação genética, essa relação se deu a sob uma forma absolutamente particular da sociedade humana, a dos fenômenos externos da cultura material e intelectual. Esta relação de fixação e de transmissão às gerações seguintes das aquisições, diferentemente dos animais, deve-se ao fato dos homens possuírem uma atividade vital criadora e produtiva, condição de sua existência, o trabalho.

é também o objetivo de sua atividade. O que ele produz para si não é a seda que tece, não é o ouro que extrai das minas, não é o palácio que constrói. O que ele produz para si mesmo é o salário, e a seda, o ouro, o palácio reduzem-se, para ele, a uma quantidade determinada de meios de subsistência, talvez uma jaqueta de algodão, alguns cobres ou o alojamento no subsolo. O operário que durante doze horas tece, fia, fura, torneia, constrói, maneja a pá, entalha a pedra, transporta-a, etc., considera essas doze horas [...] como manifestação de sua vida, como sua vida? Muito pelo contrário. A vida para ele principia quando interrompe essa atividade, a mesa, no albergue, no leito (MARX; ENGELS, 1983, p.19).

Os homens não se reconhecem em seu trabalho, pois o único objetivo é criar valor, e não desenvolvimento de suas capacidades humanas e vida plena para todos. Na medida surgem as primeiras lutas trabalhistas, o desenvolvimento da maquinaria traz com a revolução industrial a esperança de melhores condições e a redução da jornada de trabalho. Contudo, a busca constante pelo lucro, transforma a maquinaria de um instrumento de trabalho, que potencializava a ação humana de transformação, para ser a própria força produtiva. Assim sendo, o avanço da ciência aplicada nas tecnologias produtivas provocam quantitativamente um avanço na produção, contudo a qualidade de vida do trabalhador não avança com a mesma velocidade do desenvolvimento do capital, pois as relações sociais de produção permaneceram intocadas, com a completa submissão do trabalho ao capital.

Com o domínio do ritmo de produção nas mãos do capitalista, por conta dos avanços das forças produtivas, se intensificam as lutas pela redução da jornada de trabalho. A diminuição do tempo de trabalho, conseqüentemente aumenta o tempo não produtivo, assim como diminui a taxa de lucro do capitalista, provocando ao capital a necessidade de também se apropriar desse tempo para manter a dinâmica dos seus ciclos reprodutivos.

Neste sentido, para Antunes (2009, p.176) o capital possui estratégias (sistemas de metabolismo social ou sistema de mediações de segunda ordem) que subordina todas as funções reprodutivas sociais, inclusive o tempo livre do trabalhador, para a expansão do capital, no qual, mesmo que de forma indireta, ele é impelido no seu tempo livre a cada vez mais capacitar-se para ser mais qualificado para o mercado de trabalho, e ser mais produtivo, ou diretamente, caindo num consumo “coisificado” e “fetichizado”, sem sentido algum para si próprio. Para Sá (2003, p. 19-20) o que percebemos hoje é que o lazer na sociedade capitalista acaba por ser consumido de forma acrítica pela indústria cultural que muitas vezes leva o indivíduo a não pensar sobre si mesmo e a sociedade em que ele está inserido.

Para além do argumento da defesa do tempo livre, o tempo só é de fato livre, no momento em que o trabalho deixa de ser unicamente o instrumento que viabiliza

a vida fora do trabalho, ou seja, quando passa a ser determinado pelas necessidades humanas, enquanto relação fundamental de reprodução da vida.

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem de fazer, o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A Liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino das necessidades. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho (MARX, 1974 apud ANTUNES, 2009, p. 171-172).

Conforme o que foi colocado, para a compreensão do lazer, é fundamental admitir a sua natureza dialética e contraditória. Segundo Sá (2003, p.20), o lazer, por incidir nas relações entre trabalho - capital, de um lado reafirmaria o consumismo em busca do prazer, presente nas sociedades capitalistas, e do outro, evidenciaria certa dimensão revolucionária, promotora do desenvolvimento pessoal e social, podendo ser implementado pela não mediação das relações de mercado, em face ao modelo que vem sendo privilegiado.

Para isso, a necessidade de educar o lazer para se educar pelo lazer. Nesta relação, o processo de racionalismo e utilitarismo, próprio das sociedades capitalista esvazia de sentido até mesmo os aspectos artísticos, importante para o desenvolvimento das capacidades humanas. Segundo Mészáros (2006, p.181) por ser um ser natural, o homem sofre sua própria constituição (necessidades e poderes) na medida em que transforma a natureza, é transformado por ela. É no ato de sentir que o homem experimenta que estão o estabelecimento dos valores primitivos humanos, e todo o objeto que o afeta ocupa um lugar definido no sistema de humano de valores, no qual o significado e valor estão inseparavelmente inter-relacionados. Dessa forma, a necessidade de consumo é também uma necessidade de produção, assim como a necessidade de produção é também necessidade de consumo.

No que se refere a arte, como um produto da capacidade humana de abstração da realidade, em seus sentido e significados, ao ser consumido gera também

um impulso produtivo, o que seria denominado de sofrimento ativo. Sofrimento, sentimento e paixão constituem uma unidade dialética ativa. O utilitarismo e racionalismo do capitalismo não compreende essa unidade, e identifica a satisfação como um gozo passivo do prazer, como mera utilidade, o que acarreta o empobrecimento dos sentidos humanos. Assim, se a arte é produzida e consumida como mera mercadoria, explorado pela indústria do lazer, se esvazia todo o sentido de sua atividade e apenas em seu formato menos desenvolvido, pois a divisão social do trabalho também concentra o talento artístico em alguns poucos. Assim, segundo Mészáros (2006, p.191), para Marx, não deveremos negar a arte, pois a humanidade sem arte e sem ciência seria enormemente empobrecida, contudo, da mesma forma que defendia a transformação da ciência alienada em ciência humana, insiste na necessidade de que a arte deve perder seu caráter alienado.

Por fim, o homem só encontra uma saída para sua vida se e enquanto se rebela contra o domínio constante, se e enquanto se educa no exterior dele, na consciente oposição a ele, para ser produtor e consumidor onilateral (ou omnilateral), em seu “desenvolvimento total, completo, multilateral, em todos os sentidos das faculdades e das forças produtivas, das necessidades e da capacidade da sua satisfação” (MANACORDA, 1996, p.78-79). Para isso, não basta apenas a luta pela redução da jornada de trabalho, mas também se contrapor as formas de dominação fora do trabalho produtivo, como sugere Antunes (2009, p. 176) colocando que pela redução da jornada de trabalho deve estar associada a luta pelo emprego, de forma complementar, assim como a luta contra os sistemas de metabolismo social que se apropriam do tempo livre, para geração de valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o que foi apresentado, apontamos para algumas conclusões finais para este trabalho, contudo provisórias para a temática: Em face às relações sociais alienadas e alienantes da sociabilidade capitalista, a humanização se dá à custa da alienação humana, que se refletem nas várias faces da vida do ser social, seja no trabalho ou como no mote em questão, o chamado tempo livre. Apesar deste fato, a literatura que discute sobre o tema do lazer tende a colocá-lo como um campo autônomo das outras relações sociais ou de forma justaposta, restringindo-se as atividades desenvolvidas, o tempo ou o sentimento dos praticantes. Como uma atividade humana, o lazer deve ser considerado conforme a atividade produtiva humana, o trabalho, e também conforme o motor da história, a luta de classes, caso contrário às análises permanecerão na superfície do problema.

A vida repleta de sentido em sua totalidade de relações somente será possível através da superação do trabalho alienado, que criou uma barreira entre o tempo de trabalho e o tempo do não trabalho. Dessa forma, a partir do estabelecimento do trabalho humano, consciente e ativo, para além da divisão e subordinação ao capital, serão estabelecidas novas relações sociais, no qual o tempo verdadeiramente livre será espaço de devida efetivação do ser humano, tendo acesso ao que foi historicamente produzido pela humanidade, através da cultura, da filosofia, da arte.

Neste sentido, é necessário se contrapor as formas de dominação do capital, em vistas ao uso do lazer como espaço de emancipação do trabalhador, a partir da organização, refletindo sobre sua realidade, buscando formas de melhorias nas condições de trabalho. A simples redução da carga horária de trabalho, não altera a realidade, pois não feri os fundamentos do sistema, contudo, é a condição fundamental para o desenvolvimento humano. Deve-se articular a luta pela redução da jornada de trabalho também com a luta por pleno emprego para todos, educação, saúde, reforma agrária, entre outras pautas.

Work and Leisure: the Search for Meaning in and out of Work

ABSTRACT: THE aim of this paper is to address about the relationship between work, free time and leisure in capitalist society. The methodology of the study occurred from a theoretical and documentary research, in which we present the historical materialist conception as philosophical tendency, because it allows to see the problem of leisure in your contradictions, in the totality so as articulated in its multiple determinations. From the content analysis of our theoretical sources (articles, books, dissertations), pointed in the direction of: a literature tends to put leisure as an autonomous field or juxtaposed so will other activities, leisure depends on human productive activity, work, and social relations of production.

KEYWORDS: Work; Free Time; Leisure; society

Trabajo y ocio: la búsqueda de sentido dentro y fuera del trabajo

RESUMEN: El propósito de este artículo es abordar la relación entre el trabajo, el tiempo libre y el ocio en la sociedad capitalista. La metodología del estudio ocurrió a partir de una investigación teórica y documental, en la que se presenta la concepción del materialismo histórico como tendencia filosófica, que le permite ver el problema del ocio en sus contradicciones, partir de la totalidad, modo conectado en sus múltiples determinaciones. A partir del análisis de contenido de las fuentes teóricas (artículos, libros, disertaciones) apuntando hacia: a la literatura tiende a poner el ocio como un campo autónomo o yuxtapuesto así que otras actividades, ocio depende de la actividad humana productiva, el trabajo y las relaciones sociales de producción

PALABRAS CLAVES: Trabajo, tiempo libre, ocio; sociedad

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2 ed. São Paulo: Boitempo. 2009.

CARVALHO, M. Lazer na cidade do capital. *Boletim do grupo de Estudos e Pesquisa Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE)*, Londrina, n.4, Out. 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/germinal/n4-102008.htm#topo> , Acesso em: 1 Abr. 2013.

DUMAZEDIER, J. *Sociologia Empírica do Lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

LAFARGUE, P. *O direito a preguiça*. São Paulo: Claridade, 2003.

LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte, 2004.

MANACORDA, M.A. *Marx e a pedagogia moderna*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARCELLINO, N. C. *Estudos do Lazer: Uma introdução*. 4 ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

MARX, K; ENGELS, F. *Textos sobre educação e ensino*. São Paulo: Moraes, 1983.

MARX, K. *O Capital*, Livro 1, vol. I. 30ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

MÉSZÁROS, I. *A Educação para além do capital*. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008

MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.

PEIXOTO, E. Modo de produção da existência: categoria chave para a compreensão da problemática do lazer. In: 31ª Reunião Anual da ANPED, 2008, Caxambú - MG. Constituição Brasileira: Direitos Humanos e Educação, p. 1-14, 2008. *Anais...Caxambú: ANPED*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-4245--Int.pdf>> . Acesso em: 7 abr. 2013.

PEIXOTO, E. ; PEREIRA, M. F. R. Trabalho e tempo livre no contexto do estágio de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. In: Encontro Brasileiro de Educação e Marxismo (IV), 2009, São José do Rio Preto. *Anais... Socialismo e Educação na América Latina*. Marília: Oficina Universitária, UNESP Marília, 2009. p. 1-3.

SÁ, K.O. *Lazer, Trabalho e Educação: pressupostos ontológicos do estudo do lazer no Brasil*. 2003, 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de pós- graduação em educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

SOUSA, I.S. O Lazer e a ilusão liberal. *Boletim do grupo de Estudos e Pesquisa Marxismo, História, Tempo Livre e Educação (MHTLE)*, Londrina, n.4, Out. 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/germinal/n4-102008.htm#topo>> . Acesso em: 1 abr. 2013.

Recebido em: 7 abr. 2013

Aprovado em: 7 ago. 2013